



EPISTEMICÍDIOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERDIÇÃO DE FALA E ESCUTA

Luiza de Andrade Penido – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

O Brasil construiu, ao longo dos séculos, políticas linguísticas que buscaram promover o apagamento de povos originários, africanos escravizados e de mulheres. A imposição da norma portuguesa europeia consolidou uma hierarquia simbólica que associa prestígio e status social às pessoas que dominam as variantes linguísticas consideradas como cultas, enquanto estigmatiza as variantes faladas pela maior parte da população.

Palavras-chave: Epistemicídio linguístico; interseccionalidade; políticas públicas; direitos humanos.

1. INTRODUÇÃO

Este texto aborda como o epistemicídio linguístico de povos originários, africanos escravizados e de mulheres constituíram políticas públicas linguísticas implementadas pelo Estado brasileiro. Por meio de decretos no Brasil Colônia, no Estado Novo e, principalmente, ao difundir uma valorização linguística baseada na gramática portuguesa europeia, o Brasil sedimentou uma discriminação baseada na língua. A quem utiliza as variedades prestigiadas, é atribuído lugar de privilégio e status; às/aos falantes das variedades estigmatizadas, resta o preconceito e juízo negativo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A extrema e persistente desigualdade social que caracteriza o Brasil configurou uma cisão social, que separa pessoas com renda elevada enquanto cerca de um terço a metade da população brasileira vive em torno da linha de pobreza (Medeiros, 2003). Mário Theodoro (2019) argumenta que tal desigualdade baseia-se em uma estrutura social racista, ancorada em ideologia



que diferencia e hierarquiza as pessoas de acordo com sua aparência, enquanto torna a pobreza e a miséria parte da paisagem natural, sem caracterizá-la como problema público.

As origens do racismo são exploradas pelo olhar histórico de Grosfoguel (2016), que aborda como o privilégio epistêmico do homem ocidental foi sedimentado por meio dos genocídios (extermínio físico) e dos epistemicídios (extermínio cultural) engendrados no século 16 por homens europeus contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; contra povos originários na colonização das Américas; contra povos africanos na invasão da África e escravidão nas Américas; e contra mulheres europeias acusadas de bruxaria. Para ele, esses quatro epistemicídios deram origem ao racismo e ao sexismo epistêmico que inferioriza o conhecimento produzido por pessoas que não são homens e ocidentais. Quijano (2019) contribui com a discussão ao afirmar que, mesmo após o colonialismo, o projeto de dominação sobrevive por meio da colonialidade do poder, com a hierarquização social baseada na raça e a exploração do trabalho. A dinâmica da colonialidade envolve os idiomas coloniais, invalidando o conhecimento produzido em línguas periféricas, de modo que a subordinação da língua à/ao falante confere maior ou menor legitimidade discursiva de acordo com marcadores como classe, raça e gênero.

Frantz Fanon (2024) trabalha como o acultramento colonial é evidenciado pela concepção do branco como ideal do homem antilhano e pela incorporação da língua francesa como ferramenta para aproximar-se desse ideal. Se, por um lado, o homem antilhano se confronta com a língua do colonizado, é por meio dela subjugado.

3. METODOLOGIA

O objetivo deste estudo é investigar como políticas públicas do Estado resultaram em epistemicídios linguísticos no Brasil, a partir de uma análise interseccional. Para tanto, foi empregada como metodologia uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica sobre o tema. Foram consultados estudos sobre interseccionalidade e português brasileiro, sob a ótica das teorias críticas dos direitos humanos.



4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Em terras brasileiras, forjamos uma nação baseada no modelo colonial eurocêntrico, masculino, branco e violento, cuja colonialidade se reflete no apagamento da diversidade que povoa o país. Acreditamos falar um único idioma em toda a extensão territorial, ignorando nossa variabilidade linguística derivada das diversas origens que compuseram nossa imensa população, peculiaridades regionais, distinções entre meio urbano e rural, litoral e interior, periferias e centros.

No Brasil, colonialismo e dominação linguística passaram a andar juntos desde o século 16, com a invasão portuguesa e a conformação de um Estadonação. Especialmente a partir da Reforma Pombalina, em 1758, o Estado iniciou a imposição linguística para unificar o país, por meio de um decreto que determinou a supressão das línguas gerais, amplamente faladas na colônia. Segundo texto do normativo, o idioma indígena estava relacionado a costumes tribais, de modo que adotar uma língua “civilizada” resultaria também em uma “civilização” dos costumes na colônia, além de sujeitar os povos conquistados (Garcia, Elisa, 2007). De fato, no século 18 o Brasil convivia com uma série de dialetos coloniais de base indígena, que eram falados pela imensa maioria da população: pessoas indígenas, negras, brancas e mestiças. As línguas africanas também eram amplamente faladas por africanos escravizados e seus descendentes. Anos mais tarde, a imposição linguística do português atingiu imigrantes europeus e asiáticos que chegaram ao Brasil nos séculos 19 e 20, quando Getúlio Vargas impôs, durante o Estado Novo (1937-1945), políticas linguísticas que asseguravam o monolinguismo nacionalista.

As políticas públicas estatais que impuseram a língua portuguesa como única possibilidade e desprezaram a pluralidade de nossa sociedade tiveram efeito especialmente cruel em populações marcadas por fatores como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, entre outras. Analisemos, pois, o marcador de gênero ao considerar que as mulheres foram mantidas afastadas por séculos da esfera pública e, em consequência, foram ofuscadas como sujeitas, produtoras de conhecimento e



mesmo como objeto de políticas públicas emancipatórias. Para Eulàlia Lledó Cunil (2005), a língua incorpora os valores sexistas e androcêntricos de nossa sociedade, a partir da invisibilidade da mulher nos discursos, a estruturação do masculino como centro, enquanto o feminino é considerado excêntrico, logo, silenciável. A autora destaca que a ideologia androcêntrica contribui para legitimar as desigualdades simbólicas, por meio da língua, refletindo uma visão de mundo na qual o homem é o padrão universal, sendo colocado como falso genérico. Já o sexismo se revela pelo menosprezo à mulher, tendo a supremacia masculina como alicerce.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) destacam como as relações interseccionais de poder operam nas sociedades e impactam as experiências individuais. Ao considerar a profunda desigualdade econômica e social brasileira, encontramos na interseccionalidade estrutura para compreender como as diversas identidades posicionam as pessoas entre as várias categorias de poder. Muito antes de o conceito de interseccionalidade ser cunhado, Lélia Gonzalez (1984) abordava o cruzamento do racismo e do sexismo na cultura brasileira (1984), que afetam violentamente a mulher negra. Gonzalez afirmava que, por intermédio da consciência e da memória, o discurso ideológico vigente opera para apagar e desvalorizar saberes, história, valores e linguagem da ancestralidade negra. O contraponto – ou resistência – desemboca nos atos falhos, as “mancadas do discurso da consciência” (Gonzalez, 1984, p. 226), como explica a psicanálise, revelando os traços de uma cultura negra que insistem em resistir.

A violência simbólica sobre a mulher negra também está no mito da democracia racial, simbolizado por Gonzalez na empregada doméstica alçada ao lugar de deusa durante o carnaval, construindo no imaginário brasileiro uma figura tão mítica quanto agressiva que reúne em um ser a mulata e a doméstica (Gonzalez, 1984, p. 228). Outra figura feminina e negra citada por Gonzalez é a mãe preta. A autora explica como muitas mulheres negras, escravizadas ou não, absorveram o cuidado das crianças das famílias abastadas, ocupando o lugar de “ba”, ou mesmo de mãe. Gonzalez destaca como a variedade do português – o pretuguês – foi disseminado por figuras como a mãe preta e o pai-joão,



enraizando também valores entremeados nas histórias contadas para a sociedade, africanizando o português brasileiro e a nossa cultura. (Gonzalez, 2020b, s/p).

Também as mulheres indígenas tiveram o papel de difundir as línguas gerais. Igualmente vítimas do estupro colonial, as indígenas passaram para filhas e filhos variedades do tupi e do tupinambá, majoritariamente. Porém, couberam às influências africanas as marcas mais profundas no nosso idioma, com a chegada de quase 5 milhões de pessoas escravizadas, que difundiram um português brasileiro bastante modificado em relação à variedade europeia, considerada não a última flor do Lácio, mas como “flor de Luanda” (Galindo, 2022, p. 182).

Embora as marcas do português estejam nas falas de toda a sociedade, a despeito de suas cores e raças, ainda assim são muitas vezes vistas por meio da lente do estigma e da discriminação. É por meio da chave da manutenção das relações de poder e subjugação das pessoas pobres e negras que podemos compreender por que o Brasil utiliza uma norma padrão atrelada a uma versão já ultrapassada da língua portuguesa europeia, ao passo que coloca a norma culta da língua como ferramenta estruturante de discriminação. Assim, ao longo dos séculos, apenas uma elite com acesso ao letramento pleno consegue transitar entre as variedades linguísticas com naturalidade, utilizando a norma culta sempre que necessário, com desenvoltura e verniz de “merecimento”. Em contrapartida, há uma profunda estigmatização das variedades faladas em periferias de grandes cidades, áreas rurais e regiões pobres, com a consequente atribuição de valoração às pessoas falantes dessas variedades. Trata-se de mais uma face do racismo por denegação, como cita Gonzalez, um disfarce sagaz que se dissimula na “democracia racial” e se consolida como eficaz processo de articulação das relações raciais (Gonzalez, 1988).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem uma política nacional que trate dos direitos linguísticos de cidadãos e cidadãos, o Brasil permanece sem oferecer proteção às diversas pessoas que falam línguas minoritárias. A estimativa é que haja cerca de duzentas delas,



entre indígenas, remanescentes de africanas, europeias e asiáticas, de zonas fronteiriças e mesmo a própria Língua Brasileira de Sinais (Libras). Carece ainda o país de um compromisso público de reconhecimento e valorização da diversidade linguística do português brasileiro, suas influências e marcas que contam nossas histórias e nossa história.

REFERÊNCIAS

Collins, Patricia Hill. Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2024.

Galindo, Caetano. **Latim em pó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Garcia, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. *Tempo (Niterói: Online)*, vol. 12, 2007.

Gonzalez, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

Gonzalez, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

Gonzalez, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: _____. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

Gonzalez, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**: uma abordagem políticoeconômica. In: _____. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

Gonzalez, Lélia. **Entrevista a Patrulhas ideológicas**. Entrevista concedida a Carlos Alberto M. Pereira e Heloisa Buarque de Hollanda. In: _____. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c.

Grosfoguel, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan.–abr. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 18 de ago. 2025.

Kilomba, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Portugal. Ed. Orfeu Negro, 2019. p. 21 a 69.

Lledó Cunill, Eulàlia. **De lengua, diferencia y contexto**. Gobierno de Navarra / Institut Català de les Dones, 2005.



Medeiros, Marcelo. ***Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil***. Texto para Discussão (IPEA), nº 984, Brasília, outubro de 2003.

Quijano, Aníbal. ***Ensaíos em torno a la colonialidad del poder***. Buenos Aires: Del Signo, 2019.

Theodoro, Mário. A implementação de uma agenda racial de políticas públicas: a experiência brasileira. In: Arretche, M.; Marques, E.; Faria, C. A. P. ***As Políticas da Política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e PT***. São Paulo: Editora Unesp, 2019.